

“Gostava de ter Moçambique

Ahmed Saïd Zaky, médico e Diretor de Projectos do Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), quer a instituição a

O Instituto Marquês de Valle Flôr existe há 63 anos e trabalha na cooperação e educação para o desenvolvimento, no espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), sendo que começou a actuar há sensivelmente 30 anos. Como é que se expressa esta cooperação?

Esta cooperação expressa-se por uma vontade inequívoca de promover o desenvolvimento e fortalecer os laços históricos que existem entre os Países de Língua Oficial Portuguesa e Portugal. Portanto, entre estes países há muitas coisas em comum, e, para nós, os alicerces do desenvolvimento - a saúde, a educação, o desenvolvimento rural, os direitos humanos, o crescimento económico... - são grandes pontos de encontro destes países. Esses países são também unidos pela língua, pela história e pela vontade dos seus povos. Portanto, o Instituto Marquês de Valle Flôr vem tentar reforçar esses laços, sobretudo em prol do povo e agindo nas áreas que consideramos como pilares para o desenvolvimento.

O Instituto Marquês de Valle Flôr acredita no esforço conjunto para promoção do desenvolvimento; no entanto, muito recentemente publicou um artigo no jornal português *Expresso* onde aponta certa fragilidade, senão ausência de uma política de Estado que espelhe este pensamento. Como é que isso se reflecte no trabalho que desenvolvem?

Reflecte-se de uma forma muito negativa porque acreditamos nas parcerias institucionais e nas pontes entre os vários parceiros para construir uma massa crítica, que não só consolide este processo mas que vá mais além. Hoje em dia, a cooperação é muito abrangente, envolve vários sectores, desde os empresariais - a banca, as infraestruturas; sectores de desenvolvimento - como a saúde, a educação e a agricultura. Há instrumentos financeiros e operacionais, que, se não existir uma visão em conjunto, de múltiplos actores e uma política de Estado de facto, constante e crescente, não irão a lado nenhum. Vamos continuar a marcar passos e ver os outros a avançar. A visão conjunta é necessária para Portugal. É preciso que haja uma visão abrangente, interna e externamente, para que possamos estar à altura do desafio, e ver o horizonte de forma mais clara..

Qual é a proveniência dos fundos?

Há fundos próprios e comunitários (da Comissão Europeia) e temos ainda fundos do Estado Português (da Cooperação portuguesa). Também temos parcerias com outras fundações e com ministérios, como o da Saúde. Temos também outros donativos de entidades privadas, de empresas e da banca, entre outros. Portanto, as nossas parcerias, em termos financeiros, são variadas.



“Gostaria que fosse possível criar plataformas de ligação de medicina, em Moçambique, entre os hospitais centrais e os provinciais”

A vossa actuação em países da CPLP é proporcional ou há critérios selectivos que ditam a maior ou menor intervenção?

Não, de facto vamos ao encontro daquilo que os povos, ou os países mais necessitam, solicitam. Não nos envolvemos de pára-quebras, tem de haver uma solicitação, uma expressão das próprias comunidades, dos próprios países daquilo que é mais necessário fazer. Temos alguma experiência em sectores que achamos interessantes, como, por exemplo, a telemedicina - somos pioneiros nessa área, e apostamos na inovação: através de um portátil é possível

Ahmed Saïd Zaky

Director de Projectos
do Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF)

No cargo actual desde 1994, e médico assistente em urgência hospitalar no Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, na Amadora, Portugal, Ahmed Saïd Zaky é licenciado em Medicina e mestre em Medicina Tropical e Saúde Pública pela Faculdade de Medicina da Universidade Ain-Shams, no Cairo. Em 1991, obteve a equivalência dos graus académicos pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Foi membro fundador da Academia de Altos Estudos Ibero-Árabes em 1996 e, entre 1996 e 2004, foi vice-presidente da Liga Portuguesa Contra a Sida. Entre 2000 e 2002 foi membro do Conselho Consultivo do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa e entre 2000 e 2003 foi Presidente da Direcção da Plataforma Portuguesa das ONGD. Esteve na direcção da Associação Cultural de Amizade Portugal-Egito entre 2012 e 2014.

Do currículo constam ainda as funções de perito no fundo egípcio da Cooperação técnica para África em São Tomé e Príncipe (1985-1988) e de médico acreditado pela ONU também naquele país (1987-1994). Tem publicado extensivamente na área da Saúde. A obra “Saúde para Todos – Mudando o Paradigma da Prestação dos Cuidados de Saúde em São Tomé e Príncipe”, que assina em coautoria, foi distinguida com uma Menção Honrosa no âmbito do Prémio Bial 2008. Em Outubro de 2013 foi agraciado pelo Governo de São Tomé e Príncipe com o diploma de reconhecimento pelos serviços prestados em prol do desenvolvimento do país, tendo-lhe sido concedida a cidadania honorária são-tomense.

ter acesso a uma plataforma de medicina, em tempo real. Temos parcerias consolidadas. Já desenvolvemos essa técnica em Cabo Verde e São Tomé, e a comunicação entre nós é quase diária. Mas importa referir que, por um lado, temos uma preocupação com a auscultação das necessidades dos países, e, por outro, propomos ideias para a nossa área de actuação.

E quais são as vossas principais áreas de intervenção?

Actuamos muito nas áreas da Saúde e Educação, do desenvolvimento rural, dos direi-

numa rede de telemedicina”

trabalhar outra vez no país para implementar e consolidar a noção de cooperação com projectos efectivos

tos humanos, das infraestruturas, da defesa do meio ambiente e actividades produtoras de rendimentos. Portanto, tudo que são actividades económicas e também questões relacionadas com capacitação institucional.

E em Moçambique, em que áreas a vossa actuação é mais acentuada?

Actualmente, não temos programas em curso em Moçambique. O último foi para o reforço do sistema judicial - houve uma altura em que havia linchamentos de pessoas, havia justiça popular; nessa altura, fizemos um programa para apoiar a Imprensa e também o sistema judicial para acabar com este tipo de julgamento popular. Também fizemos parte da reabilitação da Faculdade de Medicina - ajudamos com equipamentos de base. Em Mocuba e Lugela (Zambézia) fizemos programas na área da Saúde. Também participamos na reabilitação e construção de centros de saúde e promoção de formações. E fizemos bastantes programas de pecuária, de apicultura e várias áreas de desenvolvimento rural e outras de infraestruturas sociais depois das cheias.

E qual foi o impacto dessa intervenção?

Acreditamos que haja bons resultados - é evidente que leva alguns anos para que se consiga calcular os impactos, mas os resultados estão lá. Na nossa intervenção na Faculdade de Medicina, por exemplo, lembro-me que, na altura, eram formados cerca de 40 médicos por ano; depois da nossa intervenção, passou-se a formar 240 médicos - portanto, quintuplicou a capacidade da formação de médicos. Hoje em dia, o número pode ser proporcionalmente muito superior daquilo que era na altura...

Quantas pessoas foram abrangidas?

Isso não posso dizer mas, quando falamos de cada programa... Por exemplo, depois da guerra, quando havia o problema de reassentamento, o nosso objectivo era 50 mil refugiados; na Faculdade de Medicina, os beneficiários directos foram os médicos, e os indirectos a população... É sempre difícil contabilizar os beneficiários directos e indirectos, mas sempre são mecanismos positivos que se vão multiplicando ao longo dos anos.

Num futuro próximo, o que é que se pode esperar da vossa intervenção em Moçambique?

Pessoalmente, gostaria que fosse possível criar plataformas de ligação de medicina, em Moçambique, entre os hospitais centrais e os provinciais. Isto é possível; basta ter estes programas instalados nos computadores, ou seja, fazer um *rolling out* dos hospitais provinciais para os centrais, e destes para outros hospitais de países lusófonos, incluindo Portugal. Ou seja, uma rede de telemedicina entre os Países de Língua Oficial Portuguesa, onde a questão da

formação, da assistência médica, a investigação, a troca de conhecimentos, seria um grande ganho e um bem para as pessoas mais necessitadas e também para a investigação científica.

Tem uma visão muito crítica sobre a forma como a sociedade percebe o valor da cooperação. Olhando para as acções que o Instituto desenvolve, o que está a ser feito hoje para que este valor da cooperação, caso o Instituto não esteja presente no futuro, prevaleça?

No Instituto, temos cinco áreas de intervenção que, sendo interligadas, são um pouco distintas, e cooperam entre si. Temos as áreas de cooperação para desenvolvimento, que são as áreas dos projectos que fazemos em parceria com outras entidades dos Países de Língua Oficial Portuguesa, mas também temos outra área, que chamamos de “cidadania global”, mais virada para acções de *lobby*, de sensibilização, a nível europeu e internacional, sobre a importância das acções de cooperação que devem existir e permanecer para o bem da Humanidade. Por isso, essa “cidadania global” é, para mim, um pilar importante da nossa intervenção para que os valores, independentemente de o Instituto continuar ou não, se mantenham no futuro. Temos outras áreas de estudos estratégicos, onde tentamos demonstrar qual é a mais-valia da intervenção na cooperação, quais são novos paradigmas, como é que isto tem que se processar e qual é o melhor caminho para o futuro. Não nos restringimos a fazer visitas de cortesia, ou “turismo”; procuramos criar de facto uma mais-valia operacional e implementar projectos específicos. Esses são os legados do Instituto que acredito que, em conjunto, tentam moldar o futuro através do pensamento.

O que é que o Mundo, ou os governos em particular, devem fazer hoje, com urgência, para massificar o valor da cooperação?

Devem ser mais sérios, não haver dicotomia entre aquilo que se diz e aquilo que se faz. Portanto, quando se estabelecem objectivos, eles devem ser cumpridos. Por exemplo: o mundo inteiro reuniu-se em Nova Iorque para falar dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Todo o Mundo concordou, mas, quando voltam para os países, as agendas de cooperação mudam. Já passou o momento mediático e voltamos para a *realpolitik*. Começa a haver refugiados, constroem-se as barreiras, e, para eles, a agenda de desenvolvimento passa a ficar em baixo do tapete. Portanto, tem de se acabar com a dicotomia entre aquilo que se pronuncia e aquilo que se faz. Tem de haver seriedade e valores acima dos interesses.

■ Olívia Massango

Projectos do IMVF no país (1993-2013)

EMERGÊNCIA A DESLOCADOS NA PROVÍNCIA DE MAPUTO

ANO: 1993

OBJECTIVOS: Regresso aos locais de origem de deslocados a residir em condições precárias na periferia de Maputo
BENEFICIÁRIOS: 50 mil deslocados
PARCEIROS: Associação Moçambicana da Mulher Rural (AMRU); Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra (AMODEG)

DESENVOLVIMENTO CIÊNCIAS BÁSICAS EM MEDICINA NA UEM

ANOS: 1996-1999

OBJECTIVOS: Fornecer à Faculdade de Medicina da Universidade Eduardo Mondlane (UEM) meios humanos e materiais
BENEFICIÁRIOS: Estudantes e docentes
PARCEIROS: Faculdade de Medicina da UEM, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

ASSISTÊNCIA SANITÁRIA AOS DESLOCADOS EM MAGOANINE

ANOS: 1999-2000

OBJECTIVOS: Construção de um posto de saúde e de casa para o enfermeiro e assistência sanitária aos deslocados
BENEFICIÁRIOS: Pessoas deslocadas durante as cheias em Magoanine
PARCEIROS: Faculdade de Medicina da UEM, Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

ASSISTÊNCIA À POPULAÇÃO DESLOCADA EM CHAMAMCULO

ANOS: 1999-2000

OBJECTIVOS: Realojamento, apoio nutricional, cuidados básicos de saúde, assistência medicamentosa, fornecimento de água potável, construção de infra-estruturas sanitárias
BENEFICIÁRIOS: 562 famílias deslocadas
PARCEIROS: Faculdade de Medicina da UEM, e equipa médica da província de Maputo.

APICULTURA MOÇAMBICANA

ANOS: 1995-1998

OBJECTIVOS: Produção de equipamentos apícolas e de mel e cera, comercialização dos produtos e equipamentos, formação de novos apicultores e orientação dos apicultores tradicionais
BENEFICIÁRIOS: Mulheres, pequenos agricultores e quinteiros e trabalhadores de empresas que reúnam as condições necessárias à actividade apícola
PARCEIROS: Cooperativa de Agricultores de Maputo (CAM)

WULOMBE – DESENVOLVIMENTO APÍCOLA MOÇAMBICANO

ANOS: 2001-2004

OBJECTIVOS: Viabilizar as actividades da Cooperativa de Apicultores de Maputo (CAM) e do sector apícola Moçambicano
BENEFICIÁRIOS: 2780 famílias
PARCEIROS: Cooperativa de Agricultores de Maputo (CAM)

CAPACITAÇÃO DOS SERVIÇOS SANITÁRIOS NOS DISTRITOS DE MOCUBA E DE LUGELA

ANOS: 2001-2004

OBJECTIVOS: Melhoria da prestação de cuidados de saúde primários
BENEFICIÁRIOS: 330 mil habitantes
PARCEIROS: Direcções Distritais de Saúde

DESENVOLVIMENTO AGRO-PECUÁRIO EM MAGUDE

ANOS: 2001-2006

OBJECTIVOS: Melhoria da produção do sector familiar no Distrito de Magude
BENEFICIÁRIOS: Camponeses dos distritos de Govuro (33.470 habitantes) e Inhassôro (48.116 habitantes)
PARCEIROS: Associação Moçambicana para o Desenvolvimento Urbano (AMDU)

ACTIVIDADES PRODUTIVAS NA CIDADE DA MAXIXE (DG)

ANOS: 2001-2003

OBJECTIVOS: Criação de oportunidades de trabalho para mulheres do Centro de Formação da Mulher de Mange
BENEFICIÁRIOS: 120 mulheres de Maxixe
PARCEIROS: ONG Malhelhe

PROJECTO “ABRIGO SEGURO”

ANOS: 2008-2009

OBJECTIVOS: Reduzir a vulnerabilidade ao HIV/SIDA das comunidades dos Bairros de Ndjenga e Km 18 da Vila de Nova-Mambone, Distrito do Govuro, Inhambane, afectadas pelas cheias do Rio Save
BENEFICIÁRIOS: 7481 deslocados
PARCEIROS: Núcleo Provincial de Combate ao HIV/SIDA em Inhambane

SINHA LOWO NI KULANGUTELACA: ÁRVORE DA ESPERANÇA

ANOS: 2010-2012

OBJECTIVOS: Melhorar as condições sanitárias e económicas da população do Distrito de Namaacha
BENEFICIÁRIOS: Cerca de 3000 pessoas - o agregado familiar das 600 mulheres beneficiadas -, e cerca de 42 mil pessoas do distrito de Namaacha
PARCEIROS: Centro de Investigação e Desenvolvimento em Etnobotânica do Ministério da Ciência e Tecnologia.